

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA
EDUCAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
INTERDISCIPLINARES**

**A IMPORTÂNCIA DA MERENDA ESCOLAR PARA OS
ALUNOS DO TURNO DA NOITE NA ESCOLA
ESTADUAL MONS. ODILON A. PEDROSA-
SAPÉ/PB: um estudo de caso**

CHRISTIANE ROSE DE CASTRO GUSMÃO
Licenciada em Ciências Biológicas – UFPB

ORIENTADOR: PROF. MS. WALLENE CAVALCANTE
Professor do Departamento de Educação – UEPB

JOÃO PESSOA – PB
2014

CHRISTIANE ROSE DE CASTRO GUSMÃO

**A IMPORTÂNCIA DA MERENDA ESCOLAR PARA OS
ALUNOS DO TURNO DA NOITE NA ESCOLA
ESTADUAL MONS. ODILON A. PEDROSA –
SAPÉ/PB: um estudo de caso**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para a obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Ms. Wallene Cavalcante

**JOÃO PESSOA – PB
2014**

G982i Gusmão, Christiane Rose de Castro
A importância da merenda escolar para os alunos do turno da
noite na escola estadual Mons. Odilon A. Pedrosa Sapé/PB
[manuscrito] : um estudo de caso / Christiane rose de castro
gusmão. - 2014.
44 p.

Digitado.
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual
da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.
"Orientação: Prof. Me. Wallene de Oliveira Cavalcante,
Departamento de Educação".
1. Merenda escolar 2. Ensino público. 3. Ensino noturno. I.
Título Colaboração: Vanusa valerio dos santos", Regina celly
nogueira da silva 21. ed. CDD 371.3

CHRISTIANE ROSE DE CASTRO GUSMÃO

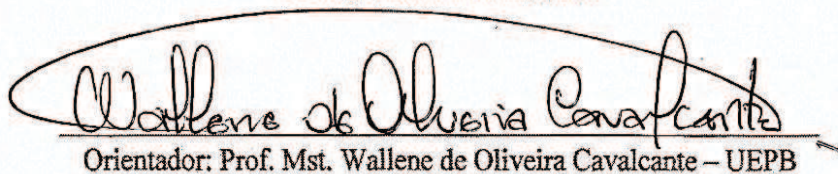
**A IMPORTÂNCIA DA MERENDA ESCOLAR PARA
OS ALUNOS DO TURNO DA NOITE NA ESCOLA
ESTADUAL MONS. ODILON A. PEDROSA
SAPÉ/PB: um estudo de caso**

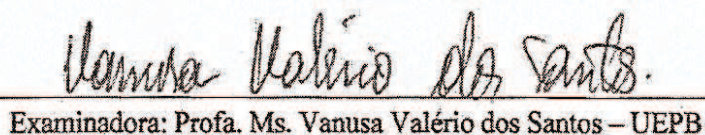
Monografia apresentada ao Curso de
Especialização Fundamentos da
Educação: Práticas Pedagógicas
Interdisciplinares da Universidade
Estadual da Paraíba, em convênio com
Escola de Serviço Público do Estado da
Paraíba, em cumprimento à exigência
para a obtenção do grau de especialista.

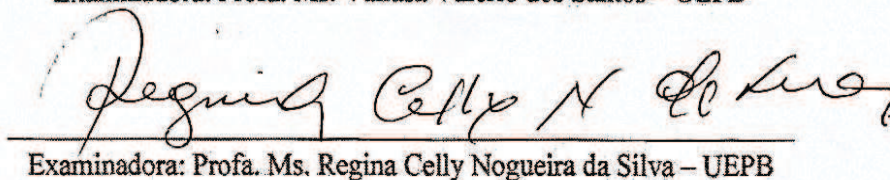
Aprovada em: 16/junho/2014.

Nota: 10,00 (dez)

BANCA EXAMINADORA


Orientador: Prof. Mst. Wallene de Oliveira Cavalcante – UEPB


Examinadora: Profa. Ms. Vanusa Valério dos Santos – UEPB


Examinadora: Profa. Ms. Regina Celly Nogueira da Silva – UEPB

A toda a minha família, a minha mãe pelo apoio, ao meu filho Nicolas e ao meu marido Luan.

AGRADECIMENTOS

À DEUS pai, por sempre está a frente de tudo e a Jesus Cristo, por sempre escutar minhas preces nas horas de aflição e está presente nas horas de iluminação.

À Universidade Estadual da Paraíba, pela oportunidade de continuar a minha formação acadêmica e pela maravilhosa e competente equipe de professores que contribuíram, de forma presencial ou virtual, para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu orientador Wallene Cavalcante, que sempre foi um mestre nos momentos de pesquisa e orientação e um amigo nos momentos de dúvidas e desânimo.

Ao meu pai, *in memoriam*.

A minha amada mãe por tudo que ela representa em minha vida.

RESUMO

Infelizmente, para uma parte das famílias brasileiras, um dos principais motivos para matricularem seus filhos em uma escola pública é a oferta de Merenda Escolar, para muitos desses alunos é a primeira refeição do dia, e no caso dos adultos que estudam no turno da noite é a primeira refeição da noite, a qual encerra uma exaustiva jornada de trabalho. O presente trabalho teve como objetivos estabelecer uma relação entre a oferta da merenda escolar e a satisfação dos alunos mediante a regularidade e qualidade da merenda escolar, bem como, identificar suas preferências com relação aos alimentos oferecidos por uma escola estadual no município de Sapé, Mons. Odilon Alves Pedrosa, durante o turno da noite. Buscou-se, também, conhecer as dificuldades de implementação do programa, horário e sugestões que proporcionariam melhoria do serviço. Foi realizada uma pesquisa com alunos, professores, gestora e merendeiras, para a coleta de dados, e após análise foi constatado que existem vários conflitos em relação a oferta de merenda, como o horário que mais se adequa aos alunos, o turno de trabalho que dificulta o dinamismo de funcionamento da cantina, a burocracia por traz do gerenciamento de recursos. Enfim algo que deveria ser simples, que seria a oferta de alimento de boa qualidade que suprisse a necessidade de todos os alunos acaba se tornando algo gerador de conflitos, por causa da burocracia e da sobreposição do interesse individual, do funcionalismo público.

PALAVRAS-CHAVE: Merenda Escolar. Ensino público. Prática docente. Ensino Noturno.

ABSTRACT

Unfortunately, for a part of Brazilian families, one of the main reasons for enrolling their children in a public school is the provision of school meal, for many of these students is the first meal of the day, and for adults who study the night shift is the first meal of the night, which encloses a full work . The present study aimed to establish a relationship between the supply of school meals and student satisfaction through the regularity and quality of school meals, as well as identifying their preferences regarding food offered by a public school in the city of Sapé, Mons. Odilon Alves Pedrosa, during the night shift. We sought to also know the difficulties of implementing the program, schedule and suggestions that would provide improved service. A survey of students, teachers, and school cafeteria manager for data collection was performed, and after examination it was found that there are several conflicts over the provision of meals, such as the time that suits students, the shift to hampers the dynamism of operation of the canteen, the bureaucracy behind the management of resources. Finally something that should be simple, it would be the supply of good quality food that met the needs of all students is becoming something of conflicts generator, because of bureaucracy and overlapping of individual interest, public servants.

KEYWORDS: School Meals. Public education. Teaching practice. Night school.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Repasse do PNAE de acordo com o valor/aluno (2008/2012). FNDE	19
TABELA 2 - Respostas do questionário aplicado com os alunos	31
TABELA 3 - Respostas do questionário aplicado com os professores	33
TABELA 4 - Respostas do questionário aplicado com as merendeiras	34

LISTA DE SIGLAS

CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CME	Campanha de Merenda Escolar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EE	Entidades Executoras
EJA	Educação para Jovens e Adultos
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
INAE	Instituto Nacional de Assistência ao Estudante
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SBA	Sociedade Brasileira de Alimentação
SFCI	Secretaria Federal de Controle Interno
TCU	Tribunal de Contas da União
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1	Como Funciona o Programa PNAE	16
2.2	Histórico do PNAE	19
2.3	A Fiscalização dos recursos do Programa PNAE	23
2.4	A Importância da Alimentação	25
3	METODOLOGIA	28
3.1	Caraterização da Pesquisa	28
3.2	Área de atuação da Pesquisa	29
3.3	O Público alvo	29
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37
	ANEXO	39
	ANEXO A – Cardápio sugerido	40
	APÊNDICES	41
	APÊNDICE A – Questionário aplicado com os alunos	42
	APÊNDICE B - Questionário aplicado com os professores	43
	APÊNDICE C - Questionário aplicado com as merendeiras	44

1 INTRODUÇÃO

Alimentar-se é uma necessidade básica encontrada em todos os seres vivos, que tem como principal objetivo a obtenção da energia necessária para a manutenção das funções vitais, esta também é uma ação responsável pelo desenvolvimento físico e mental do ser humano. Então para que o nosso corpo esteja em perfeito equilíbrio, é importante uma alimentação adequada. Por isso se faz necessário uma assistência para aqueles cidadãos que frequentam as escolas do Brasil, destacando-se principalmente aqueles que não apresentam condições de acesso a certos grupos de alimentos, sejam estes, crianças, jovens ou adultos, pois a alimentação é de suma importância para o desenvolvimento acadêmico do educando. Sabendo disto no ano de 1939, surgiu em nosso país, o primeiro conceito de merenda escolar.

A merenda é a pequena refeição, de digestão fácil e alto valor nutritivo, realizada no intervalo da atividade escolar. Ela constitui um dos muitos traços de união entre a casa e a escola: preparada em casa, pelo cuidado solícito das pessoas disso encarregadas, vai ser utilizada na escola. Mais uma vez vê-se que a escola é e deve ser o prolongamento do lar. (COSTA, 1948, pág.05 *in*: RODRIGUES).

A partir do ano de 1955 foi implantado no Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE. Com este programa o governo, garante por meio da transferência de recursos financeiros da união, a alimentação escolar para os alunos da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio, do segmento EJA e inclusive das escolas indígenas e filantrópicas, enfatizando assim o acesso a alimentação saudável e adequada durante a permanência do educando na escola.

A alimentação escolar visa fornecer uma alimentação em quantidade e qualidade adequadas, de forma a suprir as necessidades fisiológicas dos alunos, além de promover a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis, os quais contribuem para um melhor crescimento, desenvolvimento, aprendizado e menor incidência de doenças. Para alcançar tal objetivo, devem ser elaborados cardápios balanceados e variados, levando-se sempre em conta a aceitação dos alunos.

O objetivo deste programa é o de atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis (FNDE, 2004).

Garantindo assim que todos os alunos matriculados na rede pública de ensino e unidades conveniadas, tenham acesso à uma alimentação escolar: com qualidade, em quantidade suficiente para suprir suas necessidades nutricionais no período em que permanecem na escola ou creche; todos os dias; com base em práticas alimentares saudáveis, que contribuam para que formem um comportamento adequado e, assim, tenham uma vida digna e consigam desenvolver plenamente seu potencial.

Atualmente cerca de 45,6 milhões de alunos são atendidos diariamente pelo PNAE que alterou padrões de nutrição na escola. Ao longo das últimas décadas, a merenda, como prefere o Ministério da Educação, Alimentação Escolar, tem passado por transformações (TURRIANI; FORTUNATO, 2008), alterações na lista de produtos, componentes básicos visando assegurar uma alimentação de melhor qualidade e segura para os estudantes, como também contribuir com a aprendizagem, objetivando encontrar soluções práticas e eficazes que venham minimizar o índice de evasão nessa escola como também propiciar o estímulo a uma alimentação saudável.

No caso dos alunos que frequentam as aulas no turno da noite esta situação não é diferente, o perfil destes estudantes incluem donas de casas, trabalhadores rurais, operários da construção civil entre outros, por isso ao irem para a escola, para tentarem concluir seus estudos, a alimentação escolar, também se torna uma forma de estimular este aluno a permanecer na escola, evitando o seu abandono, pois na maioria dos casos os alunos saem de sua jornada diária de trabalho indo diretamente para a escola. É o que acontece na Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Odilon Alves Pedrosa, na cidade de Sapé-Pb.

Diante desta situação, o presente trabalho se propõe a realizar uma pesquisa com os alunos do turno da noite onde a alimentação adequada passa por algumas dificuldades, como por exemplo, a questão do horário, em que a mesma é servida, pois muitos dos educandos optam por não fazer uma refeição à não chegarem atrasados na escola, mas que, tal atitude afeta o seu rendimento escolar do mesmo jeito, ou então, que tipo de merenda é servida, o cardápio da escola, é elaborado por nutricionistas, mas e quanto a aceitabilidade de acordo com a realidade dos alunos? Então diante de tantos questionamentos, qual a importância da Merenda Escolar na vida desses alunos do turno da noite?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A alimentação escolar de qualidade é um direito humano assegurado na constituição federal de 1988 e no pacto internacional de direitos econômicos, sociais e culturais, ratificado pelo Brasil em 1992. Sendo assim, é de obrigação das políticas governamentais assegurar este direito. Todo corpo necessita de alimentos e nutrientes para continuar exercendo suas atividades vitais, sendo que alimento é toda substância que introduzida no organismo serve para o seu sustento, e nutrientes são as substâncias contidas nos alimentos que constituem as fontes de energia para o bom funcionamento do organismo (AVENA, 2006, pág.12). A alimentação é o princípio básico da boa saúde, uma vez que todos os seres humanos precisam se alimentar e se nutrir para se manterem saudáveis. Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (2005, pág. 126), a alimentação se dá pelo consumo de alimentos e uma alimentação saudável deve estar baseada em práticas alimentares que tenham significado social e cultural. Além disso, devemos levar em consideração os ritmos de nosso corpo, pois, a nossa alimentação, não consiste apenas em ingerir alimentos, vai além:

Foucault (2000, p. 17) afirma:

Pensamos que o corpo tem apenas as leis de sua fisiologia, e que ele escapa história. Novo erro: ele é formado por uma série de regimes que o constroem; ele é destruído por ritmos de trabalho, repouso e festa; ele é intoxicado por venenos, alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais, simultaneamente; ele cria resistências.

A nossa alimentação deve ser rica balanceada, não apenas com a função de nos alimentarmos com o objetivo de saciar a fome, mas também com a função de nutrirnos com alimentos saudáveis, além é claro de estreitar laços sociais.

Não se pode entender a alimentação apenas no seu aspecto fisiológico, mas perpassada também por elementos socioculturais. A alimentação está presente nas reuniões de trabalho, familiares ou em comemorações. A merenda escolar é quase um ritual, onde seus participantes interagem de diversas formas possíveis, durante a merenda misturam-se hábitos, paladares, alimentos e comportamentos diferenciados. Aparecem gostos, sentimentos, preocupações e prazeres relacionados aos hábitos alimentares. (TEIXEIRA, 2008, pág. 1)

A merenda escolar tem um caráter pedagógico. De acordo com CECCIM (1995, p. 63), “a alimentação escolar acontece em um espaço coletivo, de prazer, nutrição e aproximação de construção cultural e convivência”. Todavia, admitindo-se que a pedagogia possa ser instrumento que colabora para a autonomia dos sujeitos e inclusão social, a possível permanência do caráter assistencialista do programa de merenda escolar não permite que se atinjam esses objetivos. Sabe-se que na sua origem, este programa era assistencialista. Foi implantado no Brasil em 1954, com verbas da UNICEF (órgão da ONU) e era oferecido somente aos pobres e desnutridos. Entende-se que este programa foi inserido numa sociedade que, historicamente, criou contradições sociais e econômicas gritantes.

Com base na Constituição de 1988, a Alimentação Escolar passou a ser direito constitucional e o PNAE se constituiu como instrumento para garanti-lo. Importante ressaltar que, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, contempla a Merenda Escolar nas suas entrelinhas (Título III, Art. 4., item VII): “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas as suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e

permanência na escola”. Este direito também reforçado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e pelo Plano Nacional de Educação – PNE.

2.1 Como funciona o programa PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas; Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e pelo Ministério Público.

A transferência é feita ao todo, em dez parcelas mensais, a partir do mês de fevereiro, no qual se dá o início do ano letivo para a cobertura de 200 dias de frequência escolar. Cada parcela corresponde a vinte dias de aula. Do total, 70% dos recursos são destinados à compra de produtos alimentícios básicos, ou seja, semielaborados e também produtos *in natura*. O valor a ser repassado para a entidade executora é calculado da seguinte forma: $TR = \text{Número de alunos} \times \text{Número de dias} \times \text{Valor per capita}$, onde TR é o total de recursos a serem recebidos.

As instituições envolvidas para o desenvolvimento do programa da Merenda Escolar são várias, dentre elas estão o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), que é responsável pela assistência financeira em caráter complementar, normatização, coordenação, acompanhamento, monitoramento e fiscalização da execução do programa, além da avaliação da sua efetividade e eficácia. As Entidades executoras (EE), são as Secretarias de Educação de cada Estado e do Distrito Federal, as prefeituras municipais e as Escolas Federais, que são responsáveis pelo recebimento, pela execução e pela prestação de contas dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE.

Já a fiscalização desses recursos fica por conta dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), que é um colegiado deliberativo e autônomo composto por representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade, professores e pais de alunos, com mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos conforme indicação dos seus respectivos segmentos. O principal objetivo do CAE é fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene.

O tribunal de Contas da União e Secretaria Federal de Controle Interno são órgãos fiscalizadores. Além do Ministério Público da União, que é responsável pela apuração de denúncias, em parceria com o FNDE. E finalmente o programa conta também com a participação Conselho Federal de Nutricionistas, que é responsável pela fiscalização do exercício da profissão, reforçando a importância da atuação do profissional na área da alimentação escolar.

O PNAE pode ser visto por algumas pessoas como um programa assistencialista, mas não se trata disso, ele pode ter sido criado para garantir uma refeição saudável para os cidadãos de baixa renda. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, diz que

(Título III, Art. 4º, item VII): "a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola." Então trata-se de um direito adquirido, para que o aprendiz tenha condições adequadas que estimulem a sua permanência na escola. Em BRASIL, 2008, São objetivos do PNAE:

- Propiciar a aprendizagem e aumentar o rendimento escolar;
- Formar hábitos alimentares saudáveis;
- Promover o crescimento e o desenvolvimento das crianças;
- Oferecer refeição saudável que cubra no mínimo 15% das necessidades nutricionais de acordo com a faixa etária durante o período de permanência do aluno na escola.

Ainda segundo o FNDE, são princípios e diretrizes do PNAE:

- Estimular o exercício do controle social, através da participação popular;
- Gerar empregos e renda, respeitando os hábitos regionais e a vocação agrícola;
- Oferecer alimentação de boa qualidade a todos os escolares garantindo no mínimo 15% das necessidades nutricionais.

Atualmente, o valor repassado pela União a Estados e Municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa de ensino:

- Creches: R\$ 1,00
- Pré-escola: R\$ 0,50
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,60
- Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R\$ 0,30
- Ensino integral: R\$ 1,00
- Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90

- Alunos do Atendimento Educacional Especializado no contra-turno: R\$0,50

O quadro abaixo mostra a evolução do repasse dos últimos anos:

Modalidade de Ensino	2008	2009	2010	2011	2012
Creche	0,22	0,44	0,60	0,60	1,00
Pré-escola	0,22	0,22	0,30	0,30	0,50
Ensino Fundamental	0,22	0,22	0,30	0,30	0,30
Ensino Médio		0,22	0,30	0,30	0,30
EJA		0,22	0,30	0,30	0,30
Indígena	0,44	0,44	0,60	0,60	0,60
Quilombola	0,44	0,44	0,60	0,60	0,60
Mais Educação		0,66	0,90	0,90	0,90

Tabela 1 – Repasses do PNAE de acordo com o valor/aluno (2008/2012). FNDE.

O repasse das verbas do PNAE, também foi aumentando com o passar dos anos, englobando mais modalidades de Ensino, ampliando assim a extensão do programa, que foi agregando muito mais educandos e estendendo mais ainda as suas ações, permitindo que mais estudantes tivessem acesso a este benefício de direito.

2.2 Histórico do PNAE

Dentre os programas sociais do Governo Federal, o PNAE é o mais antigo que atende na área da educação crianças e adolescentes, de todos os anos letivos. No início da década de 30, os educandos, durante o tempo do intervalo, se alimentavam de uma "sopa escolar" que era preparada nas residências das famílias e transportada até as escolas, ela foi considerada a primeira forma de suplementação alimentar na época. Na década de 40 foi criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), que era uma entidade estatal do Governo Getúlio

Vargas, tendo como o principal objetivo fornecer alimentação aos trabalhadores segurados pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão.

O SAPS tornou obrigatório, a instalação de um refeitório nas empresas com mais de quinhentos funcionários, também criou restaurantes populares e conferiu fundamental importância para a educação alimentar. O SAPS foi o maior exemplo da aplicação da ciência da nutrição e constituiu-se um legítimo representante da política da alimentação.

Paralelamente, no mesmo ano, foi fundada a Sociedade Brasileira de Alimentação (SBA), primeira entidade civil constituída pelos profissionais de nutrição, com a finalidade de colaborar com as autoridades públicas no estudo e solução dos problemas de alimentação.

Também em 1954 surge a Campanha de Merenda Escolar (CME), sendo um órgão subordinado ao Ministério da Educação e Cultura e surge também neste ano a primeira edição da “Cartilha da Merenda Escolar” que enfoca a merenda escolar como elemento fundamental na luta contra a fome e a desnutrição, permitindo estender a todo o país este programa, fornecendo orientação técnica e econômica, proporcionando que além de suplementação alimentar a merenda escolar também serviria para o desenvolvimento de atividades educacionais.

São atribuições da CME, incentivar através de meios técnicos e financeiros os empreendimentos tanto públicos como particulares destinados à alimentação do aluno, estudar e adotar providências para a melhoria do valor nutritivo da merenda, barateamento dos produtos e proporcionar medidas para aquisição dos produtos.

Em 1972, foi fundado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) com o propósito de estabelecer caminhos para as políticas Nacionais de Alimentação e Nutrição, que foram consolidadas no I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição – I PRONAN. Em 1975 o II PRONAN englobou o PNAE, e em 1979, a Campanha Nacional de Alimentação

Escolar passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar, que em 1981 transformou-se no Instituto Nacional de Assistência ao Estudante (INAE).

Em 1983, com o surgimento da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), consolida-se o papel das Secretarias Estaduais de Educação como executoras o Programa de Merenda Escolar.

A descentralização da alimentação escolar foi concretizada a partir do dia 12 de julho de 1994, através da Lei Federal de número 8.913 e confirma-se em seu artigo 4º a elaboração dos cardápios da alimentação escolar, sob a responsabilidade dos estados e dos municípios, através de nutricionista em acordo com o Conselho de Alimentação Escolar e respeitando os hábitos alimentares de cada região, a vocação agrícola e preferencialmente de produtos *in natura*.

Em 14 de dezembro de 1998 foi publicada a Medida Provisória nº 1.784 que dispõe sobre o repasse dos recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar diretamente para todos os municípios e secretarias de educação, sem a necessidade de firmarem convênios ou qualquer outro procedimento similar, garantindo assim maior agilidade em todo o processo. A Medida Provisória nº 2178-36 de 24 de agosto de 2001, passou a estabelecer critérios para o repasse dos recursos financeiros destinados à execução do PNAE entre eles a obrigatoriedade de que 70% dos recursos sejam aplicados na compra de produtos básicos, respeitando os hábitos e a agricultura regional e com a Resolução nº 35 de 1º de outubro de 2003 os repasses dos recursos são mantidos, mas passam a serem incluídos os alunos das creches e fica estabelecido um valor de R\$ 0,18 por dia para cada aluno.

A Resolução de nº 38 (23/08/2004) estabelece os critérios para a elaboração do cardápio da alimentação escolar que deverá ser elaborado por um nutricionista habilitado o

qual assumirá a responsabilidade técnica do programa, com o acompanhamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Fica também estabelecido que este cardápio deverá suprir no mínimo quinze por cento das necessidades nutricionais diárias dos educandos matriculados nas creches, pré-escolas e no ensino fundamental, e no mínimo trinta por cento das necessidades nutricionais diárias dos alunos de escolas indígenas, durante suas permanências na sala de aula.

No Artigo 18 desta resolução ficou estabelecido que “o não atendimento ao total dos dias letivos implicará na restituição, aos cofres do FNDE, dos valores correspondentes aos dias não atendidos com a merenda escolar”. Com esta resolução, em todos os dias letivos a alimentação escolar será servida, estando de acordo com a LDB e principalmente vindo de encontro com o direito dos educandos como cidadãos. A LDB 9394/96 em seu Art. 4º diz que "O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde." Desta forma o Programa de Alimentação Escolar não pode ser considerado um ato assistencialista, para fornecimento de alimentos para os mais carentes e desfavorecidos socialmente, mas deve ser assumido como um programa vinculado aos direitos da cidadania de todo escolar que está em sala de aula.

A alimentação escolar deve ser compreendida como um programa voltado para a cidadania, regida pelos direitos dos cidadãos e que ela não tem como finalidade resolver os graves problemas de desnutrição nem os de fracasso e evasão escolar enfrentados nos sistema de ensino. Na verdade a alimentação escolar existe porque em um período maior de quatro horas, é natural e fisiológico que os educandos sintam fome, e é por esta razão que a

alimentação escolar necessita ser compreendida como uma refeição para manter o educando alimentado, independente de suas condições sociais e econômicas.

2.3 A Fiscalização dos recursos do Programa PNAE

O PNAE é um dos mais importantes programas do MEC, este programa dispõe de cerca de R\$ 1.265.000.000,00 para compra de alimentos; o seu objetivo é oferecer merenda nas escolas, para ajudar a garantir a presença dos alunos e favorecer o aprendizado. Esta por sua vez é a merenda deve ser oferecida aos alunos: educação infantil (creches e pré-escolas), ensino fundamental (escolas públicas ou mantidas por entidades beneficentes de assistência social), ensino médio e o EJA (Educação para Jovens e Adultos).

As verbas para o desenvolvimento do Programa têm por origem do Governo Federal (FNDE) que repassa regularmente a verba da merenda em 10 parcelas mensais; a fiscalização desses recursos e da qualidade da merenda se dá através do CAE (Conselho de Alimentação Escolar). Este conselho por sua vez verifica a aplicação dos recursos; acompanha o fornecimento de merenda aos alunos; analisa a prestação de contas da Prefeitura; informa no parecer as irregularidades encontradas e avalia a execução do Programa.

O CAE, é composto por sete representantes de setores da sociedade envolvidos no Programa, são eles: 2 representantes de professores, 2 representantes de pais de alunos, 1 representante do Poder Executivo, 1 representante do Poder Legislativo, e 1 representante da sociedade civil, eles são escolhidos e indicados pelo grupo que representam; depois de escolhidos, eles são nomeados pelo Prefeito; todavia o Prefeito não pode rejeitar as indicações

do grupo; o Prefeito indica também indica o representante do Poder Executivo, mas o indicado não pode ser o responsável pela execução do Programa.

O Conselho deve ter um presidente e um vice-presidente, eleitos entre os membros titulares, entretanto Presidente e o Vice-Presidente não devem ser os representantes dos Poderes Executivo e Legislativo e a prefeitura por sua vez deve dar apoio para os Conselheiros acompanharem o Programa.

A função dos conselheiros do CAE é fiscalizar o dinheiro que foi aplicado para a aquisição de alimentos para a merenda. Para isso eles devem saber quanto o município recebeu do FNDE durante o período, através de uma solicitação junto à prefeitura, para ter acesso aos extratos da conta bancária do Programa, notas fiscais e recibos relativos às despesas, e outros documentos necessários, dinheiro deve ficar em conta bancária única e específica do Programa. Os preços pagos devem estar de acordo com os preços de mercado, preços de mercado são os preços pagos para os mesmos produtos, na mesma época e nas mesmas quantidades compradas.

É importante que existam documentos, na prefeitura e nas escolas, comprovando a entrega dos produtos. O CAE deve verificar nas visitas às escolas a regularidade do fornecimento da merenda; a qualidade dos alimentos servidos; a validade dos produtos; controle de estoque da escola, se a merenda contém os produtos adquiridos pelo Programa; a prefeitura tem obrigação de garantir ao CAE condições para sua atuação, e isso inclui transporte dos conselheiros para os locais necessários ao desenvolvimento do seu trabalho.

O parecer do CAE para o FNDE se dá até 15 de janeiro de cada ano: a prefeitura deve encaminhar ao CAE a prestação de contas do dinheiro recebido no ano anterior; até o dia 28 de fevereiro, o Conselho deve analisar a prestação de contas e dar um parecer concluindo se a aplicação do dinheiro foi regular ou não regular.

Como é um programa que recebe um grande volume monetário, sua fiscalização é de suma importância, pois é preciso garantir que os recursos sejam utilizados de uma forma adequada e o que chega na refeição dos educando, seja alimentos de qualidade.

2.4 A importância da alimentação

Está alimentado não é a mesma coisa de estar nutrido, o comportamento alimentar de reflete nos processos de crescimento e desenvolvimento em todos os aspectos. Com a devida atenção e cuidados pode-se promover uma maior expectativa de vida. É importante lembrar que ninguém não deve ficar muito tempo sem se alimentar, porque uma pessoa depende do alimento para a manutenção das suas funções vitais, assim deve-se estar precavido para uma alimentação balanceada.

Precisamos de alimentos porque neles encontramos tudo aquilo de que o nosso corpo necessita para a obtenção de energia, de nutrientes e de materiais de construção de novas células de reparo de componentes celulares para a regulação de funções e prevenção contra várias doenças. (GOWDAK, 2006, p.64).

Deste modo, nas refeições deve-se incluir alimentos variados, como carnes, verduras e legumes e cereais. Um exemplo é a pirâmide alimentar serve de orientação no que devemos usar com maior e menor quantidade (BARROS, 2012, p.75). Portanto, a nutrição é sem dúvida o fator mais importante para o equilíbrio energético e vital do nosso organismo, juntamente com o aspecto cognitivo. Os fatores dietéticos regulam o crescimento em todos os estágios do desenvolvimento, e seus efeitos são exercidos de modos numerosos e complexos.

Dizem os pesquisadores que o nosso corpo tem cerca de 60 trilhões de células. E todas essas células são ávidas de alimento para manterem suas funções. Elas dependem daquilo que ingerimos. Pois nosso sangue, nervos, músculos, ossos, pele, cérebro, funcionam movidos pela energia dos alimentos que comemos. (GOWDAK, 2006, p.67).

Os alimentos são classificados em um grupo básico, na qual necessitamos, para suprir as nossas necessidades diárias, são eles:

PROTEÍNAS – são alimentos construtores ou reparadores. Eles renovam nossas células gastas e constroem novos tecidos [...].

CARBOIDRATOS – são energéticos, sendo a principal fonte de combustível do corpo. Fornecem as calorias que gastamos diariamente em nossas atividades.

GORDURAS OU ÁCIDOS GRAXOS - também são energéticos e veiculadores de certas vitaminas. São também essenciais ao corpo.

VITAMINAS – ou reguladores do funcionamento do corpo. Eles não fornecem energia, sua função é manter a máquina do organismo funcionando corretamente.

MINERAIS - assim como as vitaminas, são reguladores. Exercem importante papel na manutenção da máquina viva. Estão presentes em toda parte do corpo interferindo no equilíbrio das funções vitais do sistema nervoso.

(BARROS, 2012, pág.73)

Além disso, o ato de se alimentar também realiza uma função social, onde aproxima as pessoas em volta de uma mesa, e esta pode estar localizada numa casa, reunindo a família, em um clube ou restaurante, para reunir os amigos, numa empresa para reunir colegas de trabalhos ou numa escola, reunindo alunos, funcionários e professores. O refeitório da escola deve ser um local de simplicidade, um ambiente acolhedor onde ocorre o diálogo, demonstração de tranquilidade e afetividade enquanto educandos, educadores e funcionários se alimentam. (TEIXEIRA, 2008, p.57)

Durante o intervalo na escola, o que acontece na maioria das vezes, e em muitas escolas pelo Brasil a fora, é uma divisão de castas. Os professores se isolam em suas salas, os alunos se alimentam no refeitório e inspetores, secretários e outros funcionários esperam o

término do intervalo, para poderem se alimentar. De acordo com TEIXEIRA, 2008, p.61 "Muitos professores não compartilham as refeições sentando-se à mesa juntamente com os alunos e ninguém melhor de que o professor para ser um modelo, um estímulo à aceitação dos alimentos no espaço escolar, elogiando o tempero, opinando sobre o cardápio do dia". Sendo assim esta é uma oportunidade perfeita para trabalhar a aproximação entre alunos e professores, o oposto do isolamento dos mesmos na hora desta refeição.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1. Caracterização

A abordagem partiu de um estudo de caso, as informações que subsidiaram a análise foram colhidas junto aos alunos, gestores, professores, e merendeiras, além, evidentemente, da pesquisa documental e bibliográfica. A abordagem metodológica de natureza qualitativa e quantitativa foi feita pela análise de dados colhidos através de questionários específicos elaborados de acordo com os objetivos propostos, como também entrevistas informais. Foram consultados dois gestores e seis merendeiras, dez professores e 30 alunos que foram escolhidos aleatoriamente, amostragem probabilística, das turmas de ensino médio do turno da noite da referida escola.

O tipo de estudo é descritivo e quantitativo, caracterizado pelo emprego da quantificação tanto na modalidade de coleta quanto no tratamento dos dados. As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno. (PEREIRA, 2012).

Sendo assim, os dados foram coletados para a elaboração de tabelas, comparando as opiniões dos segmentos com a merenda escolar, a gestão que administra as verbas, as funcionárias que preparam esta merenda, os alunos que consomem a merenda e são os maiores beneficiados e os professores que acompanham o desempenho pedagógico de seus educandos.

3.2 Área de atuação da pesquisa

A escola onde será realizado a pesquisa, será a Escola Estadual de Ensino e Médio Monsenhor Odilon Alves Pedrosa, que funciona nos três turnos: manhã, tarde e noite, a mesma comporta quase que 50% de todo o alunado da cidade de Sapé e também de alguns distritos circunvizinhos, pois é a maior escola de Ensino Médio da região.

A escola apresenta em seu corpo, um mil e trezentos e noventa e quatro alunos (1.394), sendo distribuídos, da seguinte forma (633-manhã; 457-tarde e 304-noite) com sessenta e dois professores, sendo do quadro efetivo e prestadores de serviços do governo do estado da Paraíba, ainda conta com vinte e cinco funcionários de apoio, uma gestora a prof.^a Josélia dos Santos André e mais duas adjuntas a prof.^a Ilma Ornílio de Moraes e a prof.^a Kedma Mendonça .

A escola foi fundada no dia trinta e um de junho de 1965, criado pelo Governador do Estado: Pedro Gondim, tendo como nome Ginásio Estadual de Sapé e posteriormente recebeu o nome de Escola Estadual Monsenhor Odilon Alves Pedrosa, em homenagem ao padre da cidade no ano de 1990, durante a gestão do Professor Josas Batista de Azevedo Filho (*in memorian*), que também criou a sigla EEMOAP representação do nome da escola, e como ela é conhecida na cidade de Sapé.

3.3 O público-alvo

A pesquisa foi realizada com um total de trinta alunos do turno da noite da referida escola. São alunos do ensino médio e sua maioria estuda nesta escola, há pelo menos cinco anos, pois trata-se da modalidade regular, os mesmos foram escolhidos aleatoriamente 10

alunos das turmas do 1º Ano N, 2º Ano M e 3º Ano J, respectivamente. A maioria dos alunos entrevistados, trabalham durante o dia, são maiores de 18 anos. Sendo alguns já responsáveis por suas próprias famílias. Durante a noite buscam concluir seus estudos para conseguirem um meio de condição de vida mais favorável.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 2, estão apresentados os resultados referentes ao questionário aplicado com os alunos, nela consta as respostas que foram trabalhadas na forma de valores percentuais.

QUESTÕES	SIM %	NÃO %
1. Você consome a merenda de sua escola?	90	10
2. A merenda é de boa qualidade?	53,33	46,66
3. O Horário é adequado?	30	70
4. A falta de merenda atrapalha o seu rendimento?	83,33	16,66
5. Você trabalha?	76,66	43,33
6. Você janta antes de ir para?	56,66	43,33

Tabela 2- Respostas do questionário aplicado com os alunos.

Na primeira questão foi perguntado sobre o consumo da merenda e noventa por cento (90%) responderam que sim, demonstrando a realidade, onde a maioria consome a merenda oferecida na escola, quando foi questionado a alguns alunos sobre o não consumo da merenda, as respostas foram variadas, uns disseram que tem vergonha, outros que a fila é demorada, outros preferem o lanche que é comercializado na frente da escola e outros também não consome por haver jantado em casa.

Sobre a segunda questão, cinquenta e três, trinta e três por cento (53,33%) aprovam a qualidade da merenda, pois a mesma agrada o "apetite", e aqueles que não aprovam reclamam que é uma comida sem sal e quando lhe é servido tubérculos (como batata, inhame ou macaxeira), os mesmos não são cozidos adequadamente, o contrário eles reclamaram, acontece com os legumes cozidos na sopa, que passam do ponto e ficam muito moles.

Em relação ao horário no qual a merenda é servida, setenta por cento (70%), não concordam com o mesmo, pois para aqueles alunos que saem do trabalho e vão direto para a escola, a fome atrapalha a sua concentração, prejudicando o seu desempenho escolar. Alguns alunos reclamam que a merenda escolar é servida muito tarde e que a direção da escola deveria tomar uma atitude para que esta merenda fosse servida mais cedo. Atualmente a merenda é servida depois do terceiro tempo de aula, que é às 21:00 horas, os alunos sugeriram que a mesma poderia ser antecipada para o término do segundo tempo de aula que seria às 20:20, e no caso das 21:00 o tempo do intervalo é de 15 minutos.

De acordo com a quarta questão, oitenta e três, trinta e três por cento (83,33%) acreditam que a falta de merenda prejudicam o seu rendimento escolar. Alguns alunos relataram que chegam a ficar com dor de cabeça, alguns se ausentam da sala de aula antes do horário do intervalo para comprar algum alimento. Setenta e seis, sessenta e seis por cento (76,66%) trabalham, na sua maioria no comércio da cidade, além de serventes de pedreiros, donas de casa e trabalhadores rurais.

E quando foi questionado sobre a oportunidade de jantar antes de ir para a escola, cinquenta e seis, sessenta e seis por cento (56,66%) não conseguem realizá-lo. Os motivos relatados são vários e na maioria relacionados com a falta de tempo, eles vão desde uma dona de casa que tem que deixar os filhos pequenos na casa de sua mãe, o horário que sai do trabalho que coincide com os inícios das aulas na escola, ou os alunos da zona rural, que não podem se atrasar ou perderia o transporte escolar.

Ainda foi questionados para estes alunos (esta última questão, não compõe a tabela), o que poderia ser melhorado em relação a merenda escolar, e as respostas foram as seguintes : (63,33 %) optaram por mudar o horário, no caso a merenda teria que ser antecipada; (40 %) mudar o cardápio, esta sugestão é em relação ao alimento servido, os cardápios das escolas

sejam da rede pública municipal, estadual, federal ou ainda filantrópica são elaborados por nutricionistas, tendo este que suprir 15 % das necessidades nutricionais diárias, como está citada nas diretrizes do PNAE, por isso alguns dias durante o mês são servidas frutas, o que não agrada a maioria dos alunos que trabalham realizando algum tipo de esforço físico, os mesmo preferem consumir alimentos mais calóricos. Outros (23,33 %) sugeriram que a qualidade deveria ser melhorada e finalmente (16,66 %) acreditam que não precisa mudar nada.

Alguns dos comentários foram destacados durante as entrevistas: “Na minha opinião, a merenda deveria ser algo que servisse como um jantar. Muitas pessoas saem de casa sem jantar, e quando vai lanchar a merenda é bolacha com suco ou somente frutas.” / “Queria mudar o horário, uma hora antes do normal por que as vezes nós alunos saímos de casa sem fazer a refeição do período da noite.” / “O ônibus passa muito cedo, não dá tempo jantar.” / “Tem que ser boa para todo mundo, não só para os professores.”

QUESTÕES	SIM %	NÃO %
1. A merenda é de boa qualidade?	90	10
2. O Horário é adequado?	60	40
3. A falta de merenda atrapalha o seu rendimento?	100	-
4. O cardápio é adequado para a realidade do aluno?	40	60

Tabela 3- Respostas do questionário aplicado com os professores.

Na primeira questão a maioria dos professores, concordaram com a qualidade da merenda oferecida aos alunos, ou seja, noventa por cento (90 %) dos entrevistados. Sobre a questão do horário, sessenta por cento (60%) acredita que está adequado. Durante as entrevista e também em uma das reuniões de planejamento de início do ano letivo, foi

levantado o questionamento sobre a antecipação do horário da merenda, e a maioria dos professores não concordaram com tal mudança, pois os mesmos acreditam que após a merenda muitos educandos se ausentariam da escola, indo embora antes do término das aulas. Por outro lado, todos concordam que a falta de merenda prejudica o rendimento escolar (100%).

Alguns dos comentários foram destacados durante as entrevistas: “Como muitos alunos, não jantam antes de vir para a escola, o cardápio deveria ser diferenciado.” / “Frutas e biscoitos deveriam ser servidos como complementos e não como prato principal.” / “Acredito que depois da merenda, muitos alunos vão embora, muitos trabalham logo cedo e a merenda é uma coisa que segura eles pelo menos até nove hora”.

QUESTÕES	SIM %	NÃO %
1. A merenda é de boa qualidade?	83,33	16,66
2. O Horário é adequado?	66,66	33,33
3. Você concordaria com a antecipação do horário da merenda?	33,33	66,66

Tabela 4- Respostas do questionário aplicado com as merendeiras.

Na primeira questão, a maioria das funcionárias concorda com a qualidade da merenda (83,33%). A respeito ao horário se este é adequado existem alguns conflitos, (66,66%) acredita que o mesmo é adequado, pois caso contrário à merenda não ficaria pronta a tempo, pois as funcionárias que são responsáveis pela merenda também são responsáveis pela limpeza de salas de aula e banheiro da escola e só depois elas se dirigem a cantina para a preparação da merenda. Na questão de número três a antecipação do horário não é do agrado da maioria pelo mesmo motivo da questão anterior (66,66%).

No caso das funcionárias que optaram em sua opinião pela antecipação da merenda, o principal motivo seria a possibilidade de ir mais cedo para casa. Esta opinião, também foi citada em um outro questionamento feito à elas, sobre que tipo de alimento as mesmas preferem preparar para serem oferecidos na merenda do turno da noite, e elas responderam que: (66,66 %) das respostas, disseram que preferem oferecer frutas; (50%) das respostas seria leite com biscoito; (33,33%) macaxeira com frango e (33,33%) seria sopa. As merendeiras responderam que quanto mais simples a merenda, mais cedo terminam seus afazeres encerrando assim o expediente mais cedo.

Alguns comentários se destacaram nas entrevistas: “Não daria tempo preparar se a merenda fosse mais cedo.”/ “Como horário atual fica tarde para a pessoa ir para casa.” / “Alguns alunos ficam estressados na fila da merenda por que estão com fome”. Na entrevista com a gestora Prof.^a Josélia Santos, muitos problemas relacionados com a administração de recursos dos PNAE, sejam recursos financeiros ou humanos, a burocracia sempre compromete o andamento do programa. Frutas estão presentes no cardápio, e as mesmas são adquiridas dos produtores da agricultura familiar, que no caso da região da cidade de Sapé a oferta é de melão e de melancia, que são oferecidas periodicamente na merenda, o que não agrada os alunos que respondem que a melancia é o mesmo que água, não sacia a fome. Por outro lado as funcionárias do turno da noite não concordam com um cardápio diferenciado, o que é servido em um turno deve ser repetido nos outros dois turnos. Além disso, muitos professores também não concordam com a antecipação do horário, como já foi relatado acima e finalmente também a falta de funcionários, onde uma única equipe é responsável pela limpeza de salas de aula, pátio e banheiros, como também a preparação da merenda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho mostrou que na Escola Estadual Monsenhor Alves Pedrosa quando se trata de merenda escolar existem vários conflitos de interesse, que interfere nos procedimentos em torno da merenda escolar. O programa inicialmente surgiu como sendo assistencialista, favorecendo os membros mais abastados da sociedade a terem direito a uma refeição digna e balanceada, em pelo menos um período do dia. Mas o histórico do programa demonstrou que o PNAE é mais do que isso, ele se tornou com o passar do tempo, um instrumento pedagógico, apresentando aos educandos uma alimentação saudável e nutritiva. Além disso, na hora em que é servida a merenda ocorre um estreitamento das relações sociais, onde hábitos e diálogos são postos à mesa.

Na escola em questão, o trabalho observou que o Programa não está realizando o seu papel de forma satisfatória, não pela falta de recursos ou da qualidade dos alimentos e sim pela questão do fator humano e outra barreira muito comum no nosso país, chamada de burocracia. Falta pessoal especializado para o preparo, o cardápio é o mesmo para os três turnos, não levando em consideração a faixa etária e nem a atividade desenvolvida pelos educandos, a questão do horário que é estabelecido pela organização da escola e não o que é mais adequado para os alunos.

Enfim como se trata da prestação de um serviço público os funcionários envolvidos, desde o gestor que administra até o funcionário que prepara, parece não se importar com quem é favorecido com tal serviço, que no caso são os alunos os mais os mais prejudicados.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVENA, A. L. W. Subnutrição. In: **Desafios Naturais do Século XXI**, Salvador, 2006.

BARROS, C.; PAULINO, W. R. A importância dos Alimentos. In: **O Corpo Humano**. São Paulo-SP. Editora Ática, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Alimentação Escolar**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/pnae-perguntas-frequentes>. Acessado em: 20 fev.2014

CECCIM, R.B., **A Merenda Escolar na Virada do Século - agenciamento pedagógico da cidadania**. Brasília: Periódico Aberto, n.67, ano 15, p. 63-70, jul./set., 1995.

COSTA, D. Alimentação do escolar. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde; Imprensa Nacional, 1948. In: RODRIGUES, J. **Alimentação popular em São Paulo (1920 a 1950) políticas públicas, discursos técnicos e praticas profissional**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=5010147142007000200019&lng=em&nm=isso>. Acessado em: 27 fev. 2014.

FOUCAULT, L.T. **A Microfísica do Poder**. 15ª ed. Rio de Janeiro. Editora Graal. 2000.

GOWDAK, D.; MARTINS, E. Os Alimentos. In: **Ciências: Novo Pensar**. 2ª ed. São Paulo. Editora FTD. 2006.

Lei de Diretrizes e Bases, 1996. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61> . Acessado em 20 fev.2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Referencial Teórico. In: **Guia Alimentar da População Brasileira**. Brasília-DF. 2005

PEREIRA, J.M. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 3ª ed. São Paulo. Atlas. 2012.

TEIXEIRA, E.O.L. **A Merenda Escolar e seus aspectos políticos, sociais e nutricionais.** 2008. 68 f. Monografia (Especialização) – Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo. São Paulo. Disponível em: http://www.cefetsp.br/edu/eja/merenda_escolar.pdf. Acessado em 23 fev.2014

TURRIANI, C.; FORTUNATO, P. **Merenda, não. Refeição.** Recid - Rede de Educação Cidadã. Disponível em: http://www.recid.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=50&Itemid=2 Acesso em: 02 mar. 2014.

ANEXO

ANEXO A - cardápio sugerido



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

Secretaria de Estado da Educação

EEEFM Monsenhor Odilon Alves Pedrosa
Sapé – Paraíba – Brasil

CARDÁPIO SUGERIDO – PNAE/2014

SEMANA DO MÊS DIAS	1ª	2ª	3ª	4ª
2ª feira	Macarronada	Biscoito doce com suco de frutas	Macarronada	Biscoito doce com suco de frutas
3ª feira	Cuscuz com carne cozida	Frutas	Macaxeira com frango	Batata doce com frango
4ª feira	Macaxeira com carne de charque	Sopa de carne com legumes	Baião de dois com suco de frutas	Munguzá
5ª feira	Frutas	Macaxeira com frango	Macarronada	Biscoito salgado com achocolatado
6ª feira	Cachorro- quente com suco de frutas	Sopa de feijão	Frutas	Munguzá

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicado com os alunos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
 ESPECIALIZAÇÃO EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES
 A IMPORTÂNCIA DA MERENDA ESCOLAR: um estudo de caso

Questionário - ALUNO

1- Você consome a merenda que é oferecida na Escola EMOAP? Em caso negativo justifique:

() SIM () NÃO

Por quê? _____

2- A merenda é de boa qualidade?

() SIM () NÃO

3- O horário em que é servida é adequado para você?

() SIM () NÃO

4- A falta de merenda atrapalha o seu rendimento escolar?

() SIM () NÃO

5- Você trabalha?

() SIM () NÃO

Profissão: _____

6- Você janta antes de ir para a escola? Em caso negativo justifique:

() SIM () NÃO

Por quê? _____

7- Dê sua opinião para melhorar a merenda escolar na EEMOAP:

() mudar o horário para as 20:15 (após o segundo horário)

() mudar o cardápio

() está bom

() melhorar a qualidade

() Outro _____

COMENTE: _____

APÊNDICE B – Questionário aplicado com os professores

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
ESPECIALIZAÇÃO EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES
A IMPORTÂNCIA DA MERENDA ESCOLAR: um estudo de caso

Questionário - PROFESSOR

1- Na sua opinião, a merenda que é servida na escola é de boa qualidade?

() SIM

() NÃO

2- Você concorda com o horário que a merenda é servida (21:00 horas)?

() SIM

() NÃO

JUSTIFIQUE SUA RESPOSTA: _____

3- Você acha que a falta de merenda escolar atrapalha o rendimento escolar?

() SIM

() NÃO

JUSTIFIQUE SUA RESPOSTA: _____

4- Na sua opinião, o cardápio do turno da noite é adequado para a realidade do aluno?

() SIM

() NÃO

JUSTIFIQUE SUA RESPOSTA: _____

APÊNDICE C – Questionário aplicado com as merendeiras

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
 ESPECIALIZAÇÃO EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES
 A IMPORTÂNCIA DA MERENDA ESCOLAR: um estudo de caso

Questionário - MERENDEIRA

1- Em sua opinião, a merenda que é servida na escola é de boa qualidade?

() SIM () NÃO

2- Você concorda com o horário que a merenda é servida 21:00 (9:00 horas da noite)?

() SIM () NÃO

JUSTIFIQUE SUA RESPOSTA: _____

3- Que tipo de merenda você prefere preparar?

- () frutas () macaxeira com frango
 () leite com biscoito () macarronada
 () sopa () cuscuz com carne
 () outro _____

4- Em sua opinião, você concordaria se o horário da merenda mudasse para 20:20 (08:20 da noite)?

() SIM () NÃO

JUSTIFIQUE SUA RESPOSTA: _____
